



IV COMPAD - CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE PARTICIPAÇÃO E ATENÇÃO ÀS DROGAS

RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO DAS PROPOSTAS GERADAS NA IV COMPAD

Síntese das discussões produzidas nas reuniões com a comissão de delegados eleitos

Na realização da IV COMPAD - Conferência Municipal de Participação e Atenção às Drogas em 22/09/2011, foram aclamados delegados relatores em plenária para atuarem em cada uma das salas de discussão: **Prevenção nas Escolas, Empresas e Comunidades, Tratamento, Redução de Danos, Legislação, Propaganda e Mídia, Recuperação e Reinserção Social e Descriminalização ou Legalização**. Coube aos delegados participar da comissão responsável pela discussão das propostas apresentadas em relação a cada tema abordado na conferência. Os delegados coordenadores eleitos foram: Sargento Carvalho, Isabella Silva de Almeida, Célio Pereira, João Pedro Rosin, Maria Cecília Ciaccio Vendola, Tifani Declaira Paulini, Marcos Manfredini e os delegados relatores escolhidos: Claudenir Oliveira Junior, Diana Ahmar, Cassiana Léa do Espírito Santo, Mariana Cipullo das Neves, Anail Gomes, Dirce Pereira e Maria Aparecida Oliveira – respectivamente sete suplentes e sete titulares (vide planilha anexa contendo a divisão de temas abordados pelos delegados relatores e a frequência de cada um nas reuniões pós-conferência).

Após a conferência, foram realizadas quatro reuniões com os citados delegados em: 11/10/2011, das 09:00h. às 12:00h.; 18/10/2011, das 09:00h. às 12:00h.; 25/10/2011, das 09:00h. às 12:00h. e 07/11/2011, das 09:00h. às 12:00h. Todos estes quatro eventos foram realizados na Secretaria Municipal de Participação e Parceria – SMPP (R. Libero Badaró, 119 – Bela Vista). Em cada um dos encontros, foram discutidas a plausibilidade e a viabilidade das propostas apresentadas pelos participantes da IV COMPAD. Cada reunião foi documentada por meio de atas elaboradas pelo relator eleito Claudenir Oliveira da Silva Júnior. O resultado das discussões será sintetizado neste documento e dividido nos



seguintes segmentos: COMUDA, Conselho Municipal da Criança e do Adolescente, Secretaria Municipal da Educação, Secretaria Municipal da Cultura, Secretaria Municipal da Saúde - SMS, Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social - SMADS, Ministério Público e Câmara dos Vereadores – de acordo com o teor das propostas.

COMUDA

- Com relação à fiscalização do cumprimento da Lei 14.450, é importante refletir sobre a possibilidade de encaminhar uma proposta de adendo à legislação, no qual será destacada a necessidade de contratação de fiscais específicos para esta ação e, assim, aumentar o alcance da fiscalização sobre a venda de bebidas alcoólicas para crianças e adolescentes;
- Fiscalizar mais intensamente as instituições de tratamento à dependência química conveniadas à Prefeitura de São Paulo, com base nos parâmetros da RDC 29 da ANVISA. Para tanto, uma das propostas apresentadas pelo representante do COMUDA nas reuniões posteriores à IV COMPAD é a criação do Selo Ouro, Prata e Bronze para reconhecer o trabalho das comunidades terapêuticas e clínicas que promovem a excelência de atendimento. Tal selo também poderá ser uma garantia e auxiliará a família do dependente e os órgãos de encaminhamento na escolha do local para tratamento;
- Ampliar o número de capacitações sobre prevenção de dependência química e informações sobre tratamento. O foco das capacitações poderá ser: educadores, profissionais de saúde e lideranças comunitárias para atingir uma parcela maior da população;
- Nomear e instruir um representante do COMUDA em cada subprefeitura para capacitar voluntários. Disponibilizar cartazes e material para esta ação, cujo objetivo é sensibilizar e informar a sociedade no maior número de equipamentos possível;
- Promover encontros anuais com cada Subprefeitura de São Paulo para definir e acompanhar as diretrizes do trabalho em relação à dependência química em cada um dos trinta e um órgãos;



- Com relação a **tratamento** e à **reinserção social**, sugeriu-se criar campanhas e políticas que tenham o familiar do dependente como foco, já que a família também adoece com o ente portador de dependência química e é um dos agentes decisivos no tratamento do dependente;
- Criar uma Câmara Técnica Permanente composta pela comissão de delegados e suplentes eleitos na IV COMPAD. Tal comissão poderá se dedicar ao encaminhamento das propostas surgidas no evento e acompanhar o cumprimento dos itens aprovados. Como argumento para a criação, cita-se o envolvimento dos delegados e o bom entrosamento da equipe formada;
- As atividades do COMUDA podem ser potencializadas com o estreitamento de relações com os demais segmentos citados.

Outros apontamentos e citações surgidos na continuidade das reuniões pós-conferência:

- Sobre a temática: Prevenção em escolas, empresas e comunidades, o representante do COMUDA informou que as atividades de Comando e Fiscalização com base na Lei 14.450 de desestímulo à venda de bebidas alcoólicas para menores de 18 anos já são desempenhadas pelo conselho. Portanto, as ações devem ser continuadas e é preciso planejamento para ampliá-las;
- Durante as reuniões, foi destacado que seria importante utilizar o mapa de vulnerabilidade já elaborado pela SMS para auxiliar nas discussões sobre tratamento e encaminhamentos;
- Em relação à questão de tratamento em localidades de alto nível de vulnerabilidade social, mencionou-se a necessidade de apoiar a instalação de um espaço de triagem na Rua Helvétia para auxiliar o encaminhamento adequado da concentração de população em situação de rua e de dependentes químicos na região;
- Outra ação citada pelo representante do COMUDA foi participar do novo recenseamento na região da Rua Helvétia para mensurar o impacto das ações promovidas na região ao longo do último ano;



- Outra medida em processo de desenvolvimento é o Projeto Participação e Rua, pelo qual serão beneficiados os moradores das ruas que apresentam alto índice de concentração de população em situação de rua, de dependentes químicos e de violência. O projeto terá por objetivo resgatar a interação dos moradores com o meio em que vivem e tornar a rua novamente um espaço de convivência, por meio de atividades culturais e promoção de saúde;
- Dar continuidade e ampliar o Projeto de Moradias Assistidas, pelo qual tem sido autorizado firmar convênios com outras entidades, para que recebam dependentes químicos durante um período. Os dependentes terão tutores que verificarão a eficácia e farão o contato com a família, preparando a saída, reinserção e recolocação profissional por meio do CAT. Cinco Moradias já foram autorizadas: Interlagos, Jabaquara, Sacomã e Penha. As exigências para o cadastro de novas unidades são: oferecer assistência e acompanhamento, estar localizada a até 2 km de um CAPS AD, ter ajuda psiquiátrica para dirimir dúvidas e 20 tutores de casos. As moradias terão coordenador rotativo e o convênio foi firmado com a Pró-Saúde;
- Para tornar as políticas de tratamento mais específicas e eficazes para cada região, o representante do COMUDA nos encontros pós-conferência mencionou o projeto em andamento de realizar o mapeamento epidemiológico da dependência química em São Paulo;
- Foi comentado que o COMUDA deveria ter representantes em todas as regionais, que poderiam funcionar como multiplicadores e que organizariam eventos para a comunidade. Tais representantes já existem, segundo informação do representante do COMUDA nas reuniões, portanto é necessário estreitar o vínculo com os COMUDAs regionais, capacitar seus atores e acompanhar e direcionar suas ações.

Conselho Municipal da Criança e do Adolescente

- Dentre a discussão das propostas da IV COMPAD, destacou-se a necessidade de auxílio para promover campanhas e/ou políticas que incentivem a ampliação de espaços para atendimento de crianças e adolescentes que ainda não desenvolveram a dependência química, como um fator de proteção social.



Outros apontamentos e citações surgidos na continuidade das reuniões pós-conferência:

- Elaborar campanhas que estimulem o convívio familiar próximo entre pais e filhos para promover a prevenção à dependência química. Esta proximidade de convívio poderia enfatizar a importância da participação na vida escolar da criança e do adolescente e a imposição de limites na educação para evitar pais ausentes e a permissividade.

Secretaria Municipal da Educação

- Foi apontada a necessidade de realização mais intensa das campanhas de prevenção às drogas, principalmente nas escolas. Foram sugeridos eventos, como: dinâmicas, feira de prevenção, palestras com alunos e pais etc.;
- Cuidar da elaboração e distribuição de manuais sobre as diferentes substâncias psicoativas e incentivar a capacitação de um número expressivo de educadores para lidar com a problemática da dependência química no ambiente escolar. Tais ações poderiam ser implementadas com o apoio do COMUDA.

Secretaria Municipal da Cultura

- Na IV COMPAD, foi redigida uma segunda moção e que diz respeito à proposta de implantação de Centro de Referência de Arte e Cultura para Crianças e Adolescentes. A sugestão prevê que os centros estejam localizados em áreas de vulnerabilidade social e alta concentração de jovens dependentes químicos. Assim, as atividades lúdicas e a iniciação à arte surgem como potenciais fatores de proteção social; como resgate de autoestima e expressão e como espaço para convivência, aprendizado e troca de experiências culturais;



Secretaria Municipal da Saúde

- Uma das necessidades destacadas na IV COMPAD foi a importância de aumentar a quantidade de CAPS-AD de todas as modalidades (I, II e III), para que a população tenha acesso facilitado a tratamento. Aponta-se a proporção ideal a ser seguida para estabelecer a quantidade de CAPS prevista pela legislação: CAPS AD – 1 para cada 200 mil habitantes, CAPS – 1 para cada 70 mil habitantes e CAPS 1 – 1 para cada 100 mil habitantes;
- O encaminhamento da proposta para a criação de mais CAPS-AD para o governo estadual e federal parece pertinente;
- É importante promover o conceito de matriciamento para o tratamento da dependência química. Esta é uma forma de gerenciar o tratamento e promover mais eficácia, por meio da comunicação entre profissionais e diferentes setores;
- Considerar o aumento de políticas para a Redução de Danos, como parte integrante do tratamento e capacitar profissionais para atender esta necessidade;
- Na ocasião da IV COMPAD, alguns dos conferencistas elaboraram uma moção a respeito da internação compulsória. Tal material foi compilado no COMUDA e segue para análise com um adendo do grupo de delegados;
- Promover a capacitação de profissionais de saúde nos hospitais para tratar clinicamente os dependentes químicos;
- Criar leitos para desintoxicação em hospitais gerais e ampliar a quantidade de leitos para tratamento de dependência química sem comprometer as quantidades reservadas para os demais casos de enfermidades. Há a necessidade de elaborar propostas para ampliar, reestruturar e criar mais ofertas de tratamento;
- Criar programas de orientação a pais e/ou responsáveis por usuários de substâncias sobre a importância da redução de danos;
- Padronizar o atendimento ao dependente químico, de forma que o familiar seja incluído e também receba atenção;

Outros apontamentos e citações surgidos na continuidade das reuniões pós-conferência:



- Em relação às discussões sobre o matriciamento nas reuniões, surgiu uma fala de complemento para a concretização da proposta. Trata-se da elaboração de um Guia de Matriciamento para difundir a diretriz e capacitar os profissionais para atuarem de maneira coesa;
- Os delegados presentes nas reuniões mencionaram também a necessidade de atender e criar políticas voltadas às gestantes em situação de rua e portadoras de dependência química na Rua Helvétia;
- Um dos delegados também sugeriu que poderiam ser priorizadas as ofertas e políticas de tratamento para crianças e adolescentes na região da Rua Helvétia;
- O tema Concentração de população de rua e dependente química na região da Rua Helvétia despertou o interesse dos delegados nas reuniões pós-conferência, que apóiam o projeto de instalação de um espaço de triagem na Rua Helvétia para oferecer cuidados adequados às pessoas em situação de rua e portadoras de dependência química e outras enfermidades na região;
- A questão da Legalização da maconha não foi discutida pelo grupo na IV COMPAD, pois foi considerada abrangente e que exige uma discussão aberta. Tal discussão é de alcance nacional. Uma das sugestões para a questão é verificar a pertinência de realização de um plebiscito com profissionais da área de saúde para discutir os prós e contras sobre o uso medicinal da substância;
- Após a IV COMPAD, foi apontado por alguns delegados que é interessante o fomento da rede de economia para geração de renda para CAPS e CECCOS, na cidade de São Paulo e na grande São Paulo como um todo;
- Uma das pautas discutidas e pela qual os delegados demonstraram seu apoio foi a continuidade do Projeto de Moradias Assistidas. Com o projeto tem sido autorizado firmar convênios com outras entidades, para que recebam dependentes químicos durante um tempo. Os dependentes terão tutores que verificarão a eficácia e farão o contato com a família, preparando a saída, reinserção e recolocação profissional por meio do CAT. Cinco Moradias já foram autorizadas: Interlagos, Jabaquara, Sacomã e Penha. As exigências para o cadastro de novas unidades são: oferecer assistência e acompanhamento, estar localizada a até 2 km de um CAPS AD, ter ajuda psiquiátrica



para dirimir dúvidas e 20 tutores de casos. As moradias terão coordenador rotativo e o convênio foi firmado com a Pró-Saúde;

Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social - SMADS

- Nas reuniões realizadas após a IV COMPAD, foi destacado que a família deve ser orientada e acompanhada nos casos de co-dependência e vulnerabilidade social, para que modelos, como o tratamento ambulatorial, apresentem maiores índices de sucesso;
- Criar programas de orientação a pais e/ou responsáveis por usuários de substâncias sobre a importância da redução de danos;
- Ampliar espaços para atendimento de crianças e adolescentes não dependentes químicos em situação e áreas de risco;
- Criar campanhas e políticas que tenham o familiar do dependente como foco, já que a família também adocece com o ente portador de dependência química e é um dos agentes decisivos no tratamento do dependente;

Outros apontamentos e citações surgidos na continuidade das reuniões pós-conferência:

- Durante as reuniões da comissão de delegados da IV COMPAD, foi apresentado o Decreto Lei 10.216 de 6 de abril de 2001. Ao realizar-se o debate sobre como garantir o cumprimento da legislação, alguns dos delegados destacaram a necessidade de reintegrar o dependente e a família à sociedade. Tal medida pode ser uma estratégia para garantir a efetividade do tratamento. O ideal – segundo sugestão de um delegado – seria que o trabalho de reinserção acompanhasse o dependente por quatro anos;
- As reuniões destacaram a temática da internação compulsória. Os delegados sugeriram nestes encontros, que é preciso desenvolver meios para amenizar impactos na família e criar motivação no dependente para reduzir a resistência ao tratamento;



Ministério Público

- Durante a discussão das propostas geradas na IV COMPAD, os delegados expuseram a necessidade de garantir a participação das esferas federal, estadual e municipal na elaboração de políticas públicas para prevenção e redução do uso de álcool e outras drogas;
- Na ocasião da IV COMPAD, alguns dos conferencistas elaboraram uma moção a respeito da internação compulsória. Tal material foi compilado no COMUDA e segue para análise com um adendo do grupo de delegados;

Outros apontamentos e citações surgidos na continuidade das reuniões pós-conferência:

- Com relação à fiscalização do cumprimento da Lei 14.450, foi assinalada a necessidade de intensificação das atividades de fiscalização. Assim, seria interessante refletir sobre a possibilidade de contratação de fiscais específicos para a fiscalização sobre o desestímulo à venda de bebida alcoólica para crianças e adolescentes;

Câmara dos Vereadores

- Com relação às discussões sobre as propostas geradas na IV COMPAD, destacou-se a análise sobre a possibilidade de aumentar a quantidade de CAPS de todas as modalidades em âmbito estadual e federal;
- Com relação à fiscalização do cumprimento da Lei 14.450, é importante refletir sobre a possibilidade de contratação de fiscais específicos para a fiscalização sobre o desestímulo à venda de bebida alcoólica para crianças e adolescentes;
- Seria interessante elaborar e acompanhar medidas que garantam a participação das esferas federal, estadual e municipal na elaboração de políticas públicas para prevenção e redução do uso de álcool e outras drogas.



Outros apontamentos e citações surgidos na continuidade das reuniões pós-conferência:

- Após a IV COMPAD, os delegados discutiram sobre a proposta de elaborar medidas restritivas para a propaganda de bebidas alcoólicas, principalmente no que diz respeito ao consumo por crianças e adolescentes;
- As alternativas de punição ao usuário de drogas, segundo alguns delegados, poderiam ser revistas. Usuários, que se encontram no sistema carcerário, poderiam cumprir penas alternativas, trabalhos comunitários ou participar da medida justiça terapêutica. Sobre justiça terapêutica, foi feita uma breve explanação de como se processa nos Estados Unidos e de como todo o sistema contribui para a recuperação do infrator. Tal modelo poderia ser pauta para novas discussões sobre a problemática.

Para todos os segmentos é necessário destacar:

- É importante que ocorra uma ação conjunta entre todos os órgãos envolvidos. A intersetorialidade foi apontada como uma das medidas mais promissoras em relação à minimização da problemática da dependência química.